

Os impactos econômicos do turismo no município do Rio de Janeiro e suas implicações no desenvolvimento local

Luiz Gustavo M. Barbosa¹
Marcela Cohen Martelotte²
Deborah Moraes Zouain³

Resumo

Qualquer forma de desenvolvimento econômico requer um trabalho de planejamento consistente. Apresenta-se o turismo, hoje, como um setor capaz de promover a aceleração econômica e o incremento nas áreas social, cultural e ambiental. No entanto a opção pelo desenvolvimento econômico por meio do turismo é mais complexa do que parece, pois, além de ser uma atividade multissetorial, provoca, com o seu desenvolvimento, impactos ambientais, sociais e econômicos, necessitando, assim, de políticas públicas eficazes para que possa ser sustentável a longo prazo. Assim, o tratamento econômico direcionado ao turismo exige o conhecimento detalhado dos impactos econômicos derivados da atividade, uma vez que os turistas gastam o seu dinheiro em uma ampla variedade de mercadorias e serviços.

O presente estudo apresenta, pois, um modelo de análise do impacto econômico direto do turismo na cidade do Rio de Janeiro, percorrendo-se os principais indicadores econômicos. O modelo proposto é uma extensão do modelo elaborado por Stynes (1999), amplamente aplicado em estudos internacionais para mensurar o impacto econômico do setor de turismo. Dessa forma, é possível proporcionar aos gestores públicos uma visão econômica da atividade turística, possibilitando a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento da atividade.

Palavras-chave: indicadores econômicos, impactos econômicos, políticas públicas e sustentabilidade.

Abstract

Any form of economic development requires consistent planning work. Tourism, nowadays, is a sector capable of promoting economic acceleration and increment in the social, cultural and environmental areas. However, the option of economic development by means of tourism is more complex than it appears to be, as apart from being a multi-sector activity, it causes due to its development, environmental, social and economic impacts and therefore requires efficacious public policies in order to have long-term sustainability. Thus, the economic treatment directed towards tourism requires detailed knowledge of the economic impacts caused by the activity, as tourists spend their money on a great variety of goods and services.

Therefore, this study presents a model of the analysis of the direct economic impact of tourism on the city of Rio de Janeiro by means of the examination of the main economic indicators. The proposed model is an extension of the model prepared by Stynes (1999), widely applied in international studies to measure the economic impact of the tourism sector. Thus, it is possible to provide public administrators with an economic view of the tourism activity, enabling the formulation of public policies for the development of the activity.

Key-words: economic indicators, economic impacts, public policies and sustainability.

¹ Doutorando no Christel DeHaan Tourism and Travel Research Institute, Universidade de Nottingham (UK). Mestre em Gestão Empresarial pela EBAPE-FGV, Mestre em Planejamento e Projetos Turísticos – Bournemouth University – UK, Economista pela UFF. Coordenador do Núcleo de Estudos Avançados em Turismo e Hotelaria – EBAPE-FGV. Email: lbarbosa@fgv.br. Endereço: Praia de Botafogo, 190 – Botafogo - Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22250-900.

² Mestre em Administração Pública pela EBAPE-FGV. Graduada em Estatística pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE). Email: ebcohen@fgv.br. Endereço: Praia de Botafogo, 190 – Botafogo - Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22250-900.

³ Doutora em Engenharia da Produção pela COPPE/UFRJ. Mestre em Educação pela UFRJ. Bacharel em Direito pela UERJ e em Administração pela EBAP/FGV. Email: deborah@fgv.br. Endereço: Praia de Botafogo, 190 – Botafogo - Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22250-900.

1. Introdução

Nos últimos cinquenta anos, segundo dados da Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001), o turismo internacional apresentou crescimento sustentável a uma taxa média anual de 6,8%, passando de 25 milhões de chegadas, em 1950, para 694 milhões, em 2003, resistindo a condições políticas e econômicas adversas, e tornando-se uma das maiores indústrias do mundo, com um faturamento de US\$514,4 bilhões. No entanto, apesar dos números expressivos, existe uma tendência, por parte dos órgãos públicos responsáveis pelo desenvolvimento do setor de turismo no Brasil, de não utilizar pesquisas e estudos técnicos para balizar suas ações, impedindo, assim, um melhor conhecimento dessa complexa atividade, o que possibilitaria uma minimização de possíveis erros.

No Brasil, jamais se falou tanto da “indústria do turismo”. Em 2004, segundo dados preliminares da Embratur, o País recebeu pouco mais de 4,7 milhões de turistas estrangeiros e estima-se que cerca de 50 milhões de brasileiros viajaram internamente. De acordo com dados divulgados pelo Banco Central do Brasil, a Conta Turismo do Brasil totalizou, em 2004, uma receita de US\$3,22 bilhões (gastos de turistas estrangeiros no Brasil), enquanto a despesa somou US\$2,87 bilhões (gastos de turistas brasileiros no exterior), o que gerou um saldo positivo de US\$351 milhões. A cidade do Rio de Janeiro continua sendo o principal destino dos turistas estrangeiros que visitam o Brasil. Após ter alcançado elevados percentuais nos anos de 1990 e 1991 — como a cidade mais visitada pelos turistas estrangeiros (51,1% e 50,3%, respectivamente) —, a participação do Rio de Janeiro começou a declinar em anos posteriores, chegando a um mínimo de 28,8%, em 2001. Nos dois anos seguintes, a cidade iniciou um processo de retomada, atingindo 38,6%, em 2002, e 36,9%, em 2003.

Considerando o número de visitantes estrangeiros à cidade do Rio de Janeiro, na última década, pode-se dizer que houve um aumento considerável. Em 1990, esse número era de 557 mil, atingindo o ápice de 1,811 milhão de turistas, em 2000, e 1,509 milhão, em 2003. Entretanto, apesar de o número de turistas internacionais ter praticamente triplicado, de 1990 a 2003, a participação relativa da cidade do Rio de Janeiro decresceu de 51,1% a 36,9%, considerados esses dois anos.

O turismo internacional pode ser considerado uma exportação invisível, uma vez que é um grande gerador de divisas para o Brasil sem enviar bens ao exterior, e sim comercializando paisagens, cultura e serviços turísticos.

O presente estudo apresenta um modelo de análise dos impactos econômicos do turismo, analisando os principais indicadores econômicos. O modelo proposto é uma extensão do modelo elaborado por Stynes (1999), amplamente aplicado em estudos internacionais para mensurar o impacto econômico do setor de turismo. Dessa forma, esse modelo pode proporcionar aos gestores públicos uma visão econômica da atividade turística, visando à formulação de políticas públicas para o desenvolvimento da atividade.

2. Referencial teórico

2.1 O turismo como fenômeno econômico

Segundo Barbosa (1998), do ponto de vista econômico, a atividade turística torna-se importante não pelo fato de a viagem ser a trabalho ou a lazer, mas pelas conseqüências não intencionadas desse ato. Quando o turista viaja a lazer, logicamente que não trabalha, o que afeta diretamente a oferta de mão-de-obra, pois possibilita a abertura de novas vagas no mercado. Além disso, para viajar a lazer, a maioria dos turistas tem de trabalhar e economizar, o que significa que, numa sociedade em que existe a cultura do turismo, há permanentemente oferta de recursos derivados da poupança dos que estão esperando o momento de transformá-los em dispêndio de viagem e uma intensa movimentação das atividades produtivas derivadas do turismo. Existe ainda o fato de que, quando o turista viaja para o exterior, participa de um amplo movimento internacional de capital, fazendo com que seja gerada demanda adicional e também transferência de divisas para o país escolhido.

O adequado tratamento econômico do turismo, no entanto, só pode ser feito caso se conheça detalhadamente os impactos econômicos derivados dessa atividade, uma vez que os turistas gastam dinheiro numa ampla variedade de mercadorias e serviços, como transporte, acomodação, alimentos, bebidas, comunicação, entretenimento, artigos em geral. Esse dinheiro é visto como uma injeção de recursos, via aumento da demanda na economia local, que não existiria sem o setor.

Cooper (2001) ressalta que o valor dos gastos realizados pelos turistas representa somente uma parte dos impactos econômicos. Para uma análise completa, outros aspectos devem ser levados em consideração, como:

- Efeitos indiretos e induzidos, como a compra de fornecedores e novos negócios abertos em função da renda do turismo;
- “Vazamento” dos gastos locais, como a compra de produtos importados para suprir a necessidade dos turistas;
- Deslocamento de mão-de-obra e custos de oportunidade, como a atração de empregados de outros setores para trabalhar com turismo.

Cita-se o “efeito multiplicador”, freqüentemente, como forma de capturar efeitos secundários do gasto turístico e prova do grande alcance dos seus benefícios em diferentes setores da economia. As análises econômicas, por si sós, tendem a analisar o turismo por uma perspectiva unilateral, ressaltando o lado positivo dos impactos econômicos dessa atividade, mesmo sabendo que há diversos impactos econômicos negativos, como sazonalidade, trabalhos temporários, falsa sensação de empregabilidade, inflação, importações (vazamentos). Por outro lado, os estudos dos impactos ambientais, sociais e culturais tendem a focar mais os custos inerentes ao desenvolvimento turístico, mesmo sabendo que tais impactos podem ser positivos, como proteção de sítios naturais e recursos culturais, educação ambiental, elevação da auto-estima local (STYNES, 1999; SINCLAIR, 1997; COOPER *et al.*, 2001).

Stynes (1999) destaca a existência de uma grande variedade de métodos utilizados para o cálculo dos impactos econômicos do turismo. Esses métodos vão desde as análises conjunturais até a utilização de modelos matemáticos complexos. Vale lembrar que se utilizam as análises como instrumentos de apoio a decisões relativas ao turismo, sejam referentes aos setores públicos, privados ou à comunidade. No entanto, essa diversidade de análises pode confundir os tomadores de decisão sobre as políticas públicas a serem adotadas para o turismo. É importante destacar que o estudo aqui desenvolvido está centralizado na análise do impacto econômico direto dos gastos dos turistas estrangeiros sobre a economia da cidade do Rio de Janeiro.

2.2 Análise do impacto econômico direto do turismo

A análise do impacto econômico direto do turismo serve para verificar os fluxos de gastos associados à atividade turística, identificando mudanças no comércio, pagamento de impostos, renda e geração de trabalhos em consequência da atividade de turismo. Embora cada tipo de análise econômica possua características distintas, são, muitas vezes, confundidas, já que um problema a ser analisado geralmente exige diferentes formas de análises.

Em geral, o estudo mais utilizado para avaliar a contribuição da atividade turística para a economia de uma região é o do impacto econômico do turismo (STYNES, 1999), uma vez que revela as relações entre os setores da economia e o turismo, assim como prevê estimativas sobre as mudanças que poderão ocorrer na economia após uma ação.

As implicações mais comuns de uma análise do impacto econômico do turismo são:

- Mudanças na oferta do setor poderão envolver mudanças quantitativas (abertura ou fechamento de hotéis e atrativos), acarretando uma expansão ou contração da capacidade, ou mudanças qualitativas (melhora na qualidade ambiental, na infraestrutura local, na natureza dos produtos e nos serviços disponíveis na região). Essas mudanças provavelmente resultarão em diversos impactos que precisam ser analisados cuidadosamente;
- A avaliação dos impactos econômicos em razão da mudança na demanda turística. E ainda: mudança na população, na posição competitiva da região, nas promoções, modismo, nas variáveis econômicas. Tudo isso provavelmente resultará em alterações na quantidade de turistas para a região e nos gastos turísticos. Uma análise do impacto econômico serve para calcular a magnitude e a natureza dessas mudanças;
- A avaliação dos efeitos de ações e políticas que afetam a atividade turística de forma direta ou indireta. Dessa forma, os tomadores de decisão poderão ter informações e subsídios para analisar e entender as consequências das ações a serem realizadas e escolher a melhor alternativa;
- O entendimento da estrutura econômica e as interdependências entre os diferentes setores da economia local. Os estudos econômicos ajudam a mensurar o tamanho e a estrutura do setor de turismo em determinada região e sua ligação com os demais setores econômicos;

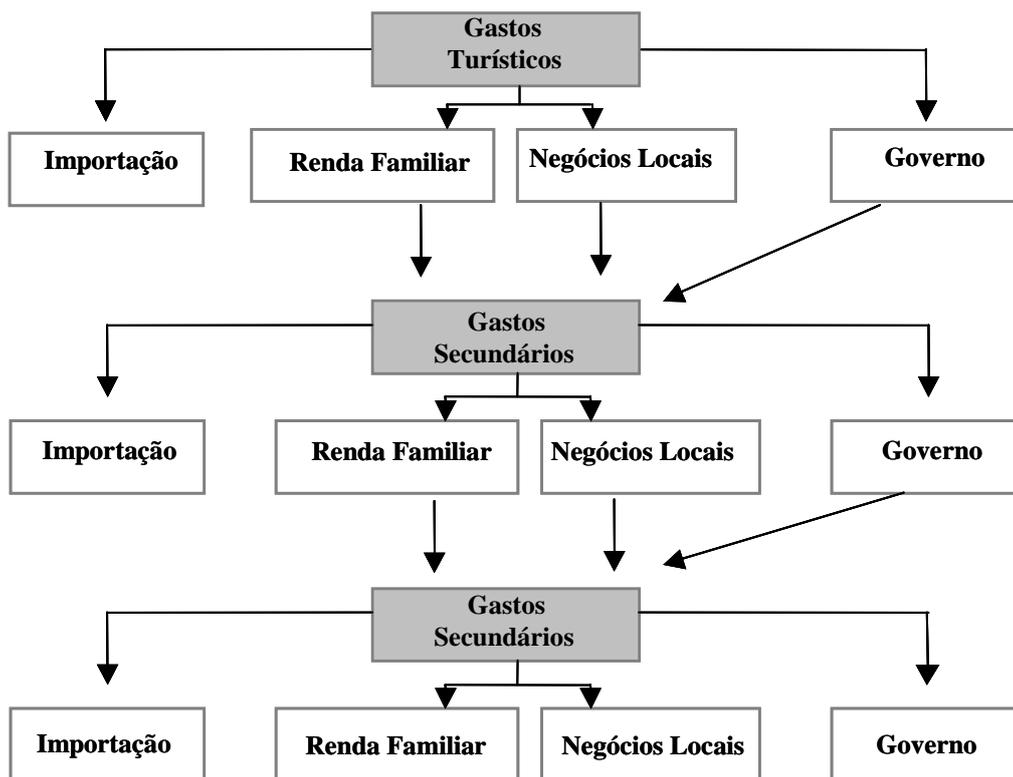
- Comparação dos impactos econômicos em diferentes alternativas de alocação de recursos para o desenvolvimento local. Esse estudo poderá servir para incentivar o gasto público com o setor de turismo, ou mesmo para a obtenção de tratamento diferenciado relativo a outros setores da economia.

2.3 O efeito multiplicador da atividade turística

Os gastos turísticos têm um efeito cascata sobre a economia, o qual começa com os turistas gastando nos serviços chamados *front line*, como transporte, hotéis e restaurantes, que são drenados para o resto da economia.

De acordo com Cooper (2001), os efeitos diretos da atividade são os gastos feitos pelos turistas nos estabelecimentos que fornecem os bens e os serviços turísticos. Porém parte desse valor sairá imediatamente da economia para cobrir os gastos com as importações necessárias para o suprimento da oferta desses produtos e dos serviços *front line*. Dessa forma, os impactos diretos dos gastos tendem a ser menores que o próprio gasto, a não ser que a economia local consiga produzir e satisfazer todas as necessidades dos turistas, o que se trata de um caso raro.

Figura 1. Efeito multiplicador do turismo



A Figura 1 mostra que os estabelecimentos comerciais que recebem os gastos diretos dos turistas precisam de fornecedores, ou seja, precisam comprar bens e/ou serviços de outros setores da economia local, como hotéis que contratarão serviços de construção civil, bancos, contadores, serviços de alimentação e bebidas. Parte desses gastos sairá de circulação, pois os fornecedores precisarão comprar produtos importados para cobrir suas

necessidades, ou seja, precisarão comprar bens e serviços de outros fornecedores, e assim por diante. A atividade econômica gerada em consequência das rodadas de compras e gastos é conhecida como efeito indireto.

Um outro efeito da atividade turística é o efeito induzido que é gerado por meio dos salários, aluguéis e juros recebidos em razão da atividade e que resultam em outras atividades econômicas. Um exemplo são os juros pagos ao banco por um empréstimo, o que irá gerar mais recursos para futuros empréstimos e, conseqüentemente, provocará um aumento da atividade econômica (COOPER, 2001).

Considerando esses diversos efeitos, percebe-se que a tarefa de mensurar os impactos econômicos do turismo é complexa, exigindo o cálculo de multiplicadores econômicos específicos, ainda não desenvolvidos nos estudos econômicos brasileiros para as diferentes regiões do País. Portanto a estimativa do impacto econômico do turismo, quando baseado nos gastos dos turistas, pode ser considerada um excelente indicador da importância do turismo na economia de um determinado destino.

O modelo desenvolvido neste estudo para estimar a movimentação econômica do setor de turismo na economia da cidade do Rio de Janeiro é uma extensão do modelo proposto por Stynes (1999). Ressalte-se, porém, que esse modelo irá captar somente os efeitos diretos dos gastos dos turistas, não sendo possível o cálculo dos efeitos indiretos e induzidos pela não existência de dados necessários para a determinação dos multiplicadores.

Cabe, ainda, ressaltar a importância de se estabelecer uma diferença entre a movimentação econômica associada às despesas turísticas (o que está sendo abordado neste trabalho) e aquela relacionada com o desenvolvimento do turismo. A primeira faz referência aos efeitos ocasionados pelos gastos e pelas mudanças de comportamento dos turistas; enquanto que a segunda é pertinente ao impacto dos investimentos, das construções e do financiamento de instalações relativas ao setor. A diferença entre esses dois aspectos é significativa, já que eles exigem distintas abordagens metodológicas.

2.4 Desenvolvimento do setor de turismo

Qualquer forma de desenvolvimento econômico requer um planejamento cuidadoso para que se possa atingir o objetivo responsável por essa opção de desenvolvimento. Segundo Oliveira (2001), o turismo pode gerar uma série de impactos negativos ao meio ambiente e à cultura local, ameaçando o crescimento do setor a médio e longo prazo.

Segundo Cooper (1993), o desenvolvimento do turismo não atingirá seu ponto máximo, caso seja deixado inteiramente nas mãos do setor público ou do privado. Isso porque o setor público, teoricamente, voltará seus objetivos para a maximização dos benefícios sociais, e o setor privado visará à maximização dos lucros.

A essência, pois, do desenvolvimento do turismo bem-sucedido é uma parceria entre os diversos interessados nessa atividade (*stakeholders*).

Com relação aos governos federal e local, o significado global do turismo, como mecanismo para o desenvolvimento econômico, tem representado uma oportunidade de

investimento que poucos podem dar-se ao luxo de ignorar. De uma perspectiva ampla, o que se requer é o desenvolvimento equilibrado das muitas facilidades necessárias para a satisfação das exigências dos visitantes.

Hoje se dá maior ênfase à sustentabilidade desse desenvolvimento para que o turismo não esgote os recursos naturais e culturais de um país, de uma geração para outra, bem como possa gerir benefícios econômicos em curto, médio e longo prazos. No entanto, Oliveira (2001) ressalta que o gerenciamento dos impactos negativos não é uma atividade simples, uma vez que o turismo não é uma atividade pontual e bem definida, mas sim uma série de atividades interdependentes.

No passado, a maioria das facilidades oferecidas aos turistas era subsidiada pelos governos, e o sucesso de um país, no setor de turismo, era medido por meio do número de visitantes. Atualmente isso está mudando: o número de turistas não é mais a variável de sucesso do setor, mas sim a receita obtida pelo influxo de turistas, e a qualidade dos turistas recebidos.

Como a indústria do turismo não controla todos os fatores que constituem o atrativo de um destino, e o impacto sobre a população anfitriã pode ser substancial, é necessário que as opções relacionadas com o desenvolvimento do turismo devam ser consideradas nos escalões mais altos do governo e que a estrutura administrativa pública adequada seja definida para assegurar o desenvolvimento sustentável. Como regra geral, quanto maior for a importância do turismo para a economia de um país, maior será o envolvimento do setor público, a ponto de existir um ministério governamental com responsabilidade única pelo turismo. Sucede frequentemente que o poder de planejamento com relação ao turismo seja delegado ao governo local, enquanto o braço executivo do governo é transferido a um órgão quase público. É importante que esse planejamento sempre envolva todos os interessados, para que a decisão conjunta possa, enfim, virar ações concretas de melhoria do produto turístico.

2.5 A sustentabilidade do desenvolvimento

O desenvolvimento sustentável é reconhecido como um método imprescindível para atingir objetivos de desenvolvimento sem deteriorar os recursos naturais e culturais, nem degradar o ambiente.

Apesar de existir um grande número de interpretações do que realmente é o desenvolvimento sustentável, a Organização Mundial do Turismo define o termo como um modelo de desenvolvimento econômico que é elaborado, levando em conta os seguintes objetivos:

- a) Melhorar a qualidade de vida da comunidade receptora;
- b) Prover uma experiência de alta qualidade para o visitante;
- c) Manter a qualidade ambiental tanto para a comunidade quanto para o visitante.

Assim, o desenvolvimento do turismo sustentável pode satisfazer às necessidades econômicas, sociais e estéticas, mantendo, simultaneamente, a integridade cultural e ecológica. Esse desenvolvimento deve levar em consideração os benefícios para anfitriões e visitantes, enquanto protege os recursos disponíveis para o futuro.

No entanto o desenvolvimento sustentável para o turismo exige uma série de medidas políticas vigorosas, baseadas em trocas complexas nos níveis social, econômico e ambiental. De acordo com McIntyre (1993), o desenvolvimento sustentável para o turismo engloba, basicamente, três áreas: econômica, social/cultural e ambiental.

- A sustentabilidade econômica se dá quando o desenvolvimento econômico é realizado por meio da utilização dos recursos de forma eficiente para que possam ser aproveitados não somente na atual geração, mas também nas gerações futuras;
- A sustentabilidade social e cultural garante a preservação da identidade cultural e social da comunidade, apesar do aumento do fluxo de visitantes e da exposição a outras culturas. Para tal, é necessário que o visitante respeite a cultura do local visitado;
- A sustentabilidade ambiental dependerá de um manejo adequado dos recursos naturais visando à conservação e à preservação para as gerações futuras. Para isso, é necessário que o governo tome iniciativas para a preservação ambiental e a cultural.

Com a introdução dessa perspectiva, o conceito de desenvolvimento turístico passou a sofrer um intenso processo de revisão, mais ou menos crítico e mais ou menos cauteloso, conforme o ambiente intelectual e o profissional. Percebeu-se, sobretudo, a dimensão fortemente política e ética nele inscrita, o que tinha sido totalmente ignorado pela teoria econômica anterior. O que produzir, como produzir e para quem produzir tornam-se questões-chave que devem fazer parte de todo processo de gestação de projetos econômicos. Deixa-se, pois, um ambiente gerido pelo conceito estreito de desenvolvimento turístico para iniciar a exploração do conceito mais amplo de desenvolvimento sustentável (CORDEIRO, 1995).

2.6 Políticas públicas para o desenvolvimento turístico

Conforme exposto, o turismo é extremamente complexo, envolvendo diversos setores da economia e impactando diretamente no modo de vida da comunidade anfitriã.

De acordo com Wanhill (1997), a natureza exata da atitude de um município, quanto ao investimento em turismo, é determinada pelo rumo da ênfase dada pelo governo e pelo papel por ele atribuído ao setor privado. Na maioria dos casos, a economia está na base dos planos de desenvolvimento, o que torna necessária uma compreensão dos aspectos econômicos envolvidos no planejamento turístico.

É importante que as políticas governamentais não fixem objetivos que possam conflitar seriamente entre si. Falam, com demasiada frequência, em qualidade de turismo, no entanto medem o desempenho em termos numéricos. Exemplos comuns de objetivos de política que mais tendem a estar em conflito entre si são:

- Atrair o mercado de turistas de elevado nível de gastos em contraposição à expansão contínua do número de visitantes;
- Maximizar a criação de empregos pela geração de fluxos de turistas em contraposição à conservação do meio ambiente e do legado tradicional;

- Desenvolver o turismo comunitário em contraposição ao turismo de massa.

Todavia, deve-se apontar que não é mais considerado aceitável que esses objetivos sejam realizados à custa do meio ambiente ou que afetem adversamente a comunidade anfitriã. A implementação da política torna-se, portanto, um processo de busca do equilíbrio entre os vários objetivos, e não o de maximização de qualquer um deles isoladamente.

3. Metodologia

Este artigo tem como objetivo analisar o impacto direto do turismo internacional na economia da cidade do Rio de Janeiro, bem como identificar a relevância desse setor como ferramenta para o desenvolvimento econômico. Para tal, utilizaram-se dois métodos para a obtenção de dados: pesquisa documental sobre modelos econômicos aplicáveis ao setor de turismo, assim como outras informações técnicas sobre a economia do turismo e seu desenvolvimento; e pesquisa de dados secundários, por meio da análise dos microdados da Pesquisa de demanda turística internacional realizada pela Embratur, nos anos de 2002 e 2003, intitulada “Estudo da demanda turística internacional”.

Com base nesses microdados, analisaram-se, apenas, os registros dos turistas que, durante a estada no Brasil, passaram a maior parte do tempo na cidade do Rio de Janeiro. As variáveis presentes na pesquisa, consideradas fundamentais para a confecção do modelo proposto neste artigo, são o tipo de hospedagem, a permanência do turista na cidade e o gasto médio diário do turista. Outro dado importante — coletado nos registros administrativos do Departamento de Polícia Federal — para a construção do modelo é o número total de turistas estrangeiros que visitaram a cidade do Rio de Janeiro: 1.459.636, em 2002, e 1.502.644, em 2003.

Considerando a Pesquisa de demanda da Embratur, a amostra de turistas que permaneceram, durante a maior parte do tempo, na cidade do Rio de Janeiro, nos anos de 2002 e 2003, é de 840 e 922 turistas respectivamente. Como a população, nesses anos, era de 1.459.636 e 1.502.644, respectivamente, foi analisada a viabilidade da utilização dos dados da pesquisa, visando à garantia do uso de uma amostra significativa para a cidade do Rio de Janeiro.

A variável selecionada para a determinação do tamanho mínimo necessário da amostra foi o gasto diário do turista na cidade do Rio de Janeiro (em dólar), uma vez que o objetivo da pesquisa é a estimativa do impacto econômico direto do turismo na cidade do Rio de Janeiro. Ao analisarem-se os dados das amostras, em 2002 e 2003, foram obtidas as seguintes estatísticas para a variável estudada (gasto diário dos turistas).

Tabela 1. Estatísticas descritivas do gasto médio diário dos turistas para as amostras de 2002 e 2003, separadamente, calculadas a partir dos microdados da Pesquisa de demanda turística internacional da Embratur

	Ano	n	Média	Desvio-padrão	Coefficiente de variação
Gasto médio diário (US\$)	2002	840	125,19	129,38	1,0334
	2003	922	127,27	123,3	0,9688

n = tamanho da amostra.

O cálculo para a definição do tamanho da amostra, nos anos de 2002 e 2003, foi realizado com um nível de confiança de 95% e margem de erro máxima de cinco pontos. Apresenta-se a seguir a fórmula utilizada nesse cálculo.

$$n = \frac{N (Z_{\alpha/2} CV)^2}{(Z_{\alpha/2} CV)^2 + (N \varepsilon^2)}$$

n = tamanho da amostra; N = tamanho da população; CV = coeficiente de variação da variável dimensionante da amostra – ‘gasto médio diário’; $Z_{\alpha/2}$ = variável aleatória com distribuição normal padronizada; ε = erro relativo máximo admitido na estimativa da média da variável dimensionante da amostra.

Como resultado foram obtidos os seguintes tamanhos de amostra para os anos 2002 e 2003.

Tabela 2. Tamanho da amostra necessário para a garantia de representatividade, com 95% de confiança e erro relativo de 5%

Ano	Tamanho da amostra (n)
2002	1.639
2003	1.441

Dessa forma, ao usar os dados da Pesquisa de demanda turística internacional, tanto para o ano de 2002 como de 2003, não se obteria uma amostra representativa dos turistas internacionais que têm a cidade do Rio de Janeiro como principal destino. Então, em razão da impossibilidade de considerar as amostras de 2002 e 2003, separadamente por ano, optou-se por um estudo de viabilidade de uma concatenação desses dados. Para isso, verificou-se se houve alteração no padrão de gastos dos turistas entre esses anos.

Os dados do gasto diário dos turistas, em 2002 e 2003, apresentaram homogeneidade de variância (Estatística de Levene=0,173 e p=0,677), a qual foi avaliada pelo Teste de Levene no programa SPSS 12.0.

Utilizando-se o Teste t de Student, não foram detectadas diferenças significativas ($t = -0,345$ e $p = 0,73$) entre os gastos médios dos turistas nos anos de 2002 e 2003. Assim sendo, pode-se afirmar que o montante despendido pelos turistas estrangeiros na cidade do Rio de Janeiro não sofreu alteração relevante de 2002 a 2003 (Tabela 1).

Considerando-se, ainda, que não houve alteração significativa entre as médias e as variâncias dos gastos de 2002 e 2003, como foi constatado pelo Teste t e pela Estatística de Levene, agregaram-se os dados para a determinação do novo tamanho da amostra. Assim, a nova amostra passou a ter 1.762 turistas. Com essa amostra concatenada, foram novamente calculadas algumas estatísticas descritivas, obtendo-se os seguintes resultados:

Tabela 3. Estatísticas descritivas do gasto médio diário dos turistas para a amostra concatenada — em 2002 e 2003

Gasto médio diário (US\$)	Anos	n	Média	Desvio-padrão	Coefficiente de variação
	2002 e 2003	1762	126,28	126,20	0,99942

Para a viabilidade do uso dessa amostra na realização da estimativa de gasto, o tamanho mínimo da amostra foi recalculado. Considerando um erro relativo de 5% e um nível de confiança de 95%, o número necessário seria de 1.534 pessoas, como pode ser observado na Tabela 4, a seguir.

Nesse caso, pode-se considerar que a nova amostra concatenada é estatisticamente representativa no nível de confiança de 95%, uma vez que possui tamanho igual a 1.762, ou seja, superior a 1.534.

Tabela 4. Dimensionamento de amostra para um nível de confiança de 95% considerando-se vários erros relativos

Erro relativo (ϵ)	N
1%	37.875
2%	9.561
3%	4.257
4%	2.396
5%	1.534

Pode-se concluir que os dados contidos na Pesquisa de demanda permitem a estimativa de alguns dos mais importantes parâmetros do turismo para o município do Rio de Janeiro. A amostra, concatenada, é representativa no nível de confiança de 95%, suportando inferências no que tange à mensuração do impacto econômico direto do turismo na cidade do Rio de Janeiro.

4. Resultados da aplicação do modelo de impacto econômico direto dos gastos turísticos na cidade do Rio de Janeiro

Utilizando-se os dados da Pesquisa de demanda realizada pela Embratur nos anos de 2002 e 2003, traçou-se um perfil dos visitantes internacionais da cidade do Rio de Janeiro. A classificação realizada diferenciou os turistas por categorias, segundo seis diferentes tipos de hospedagem: Categoria I (hotel ou pousada), Categoria II (casa ou apartamento alugado), Categoria III (casa própria), Categoria IV (casa de amigos ou parentes), Categoria V (camping) e Categoria VI (outros).

Por meio da estratificação da amostra, formaram-se grupos homogêneos de acordo com o perfil de gastos nas diferentes categorias de hospedagem, o que é uma necessidade para a elaboração do modelo. Pode-se dizer, então, que o modelo começa a estruturar-se com base nas informações apresentadas na Tabela 5.

Tabela 5. Gastos turísticos diários, por categoria de hospedagem, na cidade do Rio de Janeiro

Gastos turísticos	Categoria de hospedagem					
	Hotéis	Alugados	Casa própria	Amigos e parentes	Camping	Outros
Gastos — base dia (US\$)	143,66	108,29	106,37	69,65	42,36	140,17

Fonte: Embratur 2002/2003

Uma outra importante informação extraída da Pesquisa de demanda da Embratur e utilizada na construção do modelo refere-se ao percentual de visitantes por categoria e a sua respectiva estimativa de permanência média. Assim, dividiu-se a composição dos visitantes conforme Tabela 6.

Tabela 6. Permanência média e percentual de turistas por categoria de hospedagem, na cidade do Rio de Janeiro - amostra concatenada dos anos de 2002 e 2003

Turistas	Categoria de hospedagem					
	Hotéis	Alugados	Casa própria	Amigos e parentes	Camping	Outros
Permanência média - nº dias	7,63	18,71	20,91	14,71	8,5	4,86
Percentual de turistas	70,72%	3,70%	5,46%	18,53%	0,34%	1,25%

Fonte: Embratur 2002/2003

Como resultado final, o número total de turistas internacionais, base ano e base dia, é determinado pelas fórmulas abaixo e demonstrado na Tabela 7.

Número de turistas (base ano) por categoria de hospedagem	=	Número total de turistas que visitaram a cidade do Rio de Janeiro	x	Percentual de turistas hospedados na categoria
Número de turistas (base dia) por categoria de hospedagem =	=	Número de turistas (base ano) por categoria de hospedagem	x	Permanência média do turista (em dias) na cidade do Rio de Janeiro, por categoria

Tabela 7. População flutuante de turistas na cidade do Rio de Janeiro - 2002 e 2003

Ano	População flutuante	Categoria de hospedagem						
		Hotéis	Alugados	Casa própria	Amigos e parentes	Camping	Outros	TOTAL
2002	Número de turistas (base ano)	1.032.284	53.938	79.662	270.518	4.979	18.256	1.459.636
	Número de turistas (base dia)	7.874.067	1.009.049	1.665.429	3.979.769	42.320	88.790	14.659.423
2003	Número de turistas (base ano)	1.062.700	55.527	82.009	278.489	5.126	18.794	1.502.644
	Número de turistas (base dia)	8.106.077	1.038.781	1.714.501	4.097.033	43.567	91.406	15.091.364

Fonte: Embratur 2002 e 2003.

Diante dos resultados da Tabela 7 e utilizando-se os dados dos gastos dos visitantes de cada categoria (Tabela 5), podem-se calcular os gastos totais dos turistas internacionais na cidade do Rio de Janeiro, para os anos de 2002 e 2003. Assim, ao multiplicarem-se os dados das duas tabelas, tem-se os seguintes resultados (Tabela 8):

Total dos gastos turísticos por categoria de hospedagem	=	Gastos turísticos por categoria (base dia)	x	Número de turistas por categoria (base dia)
---	---	--	---	---

Tabela 8. Total dos gastos turísticos na cidade do Rio de Janeiro, por categoria de hospedagem - 2002 e 2003

Total dos gastos turísticos	Ano	Categoria de hospedagem						
		Hotéis	Alugados	Casa própria	Amigos e parentes	Camping	Outros	TOTAL
	2002	1.131.195.513	109.268.820	177.158.405	277.181.847	1.792.477	12.445.607	1.709.042.669
	2003	1.164.526.277	112.488.434	182.378.391	285.349.032	1.845.292	12.812.318	1.759.399.744

Fonte: Embratur 2002 e 2003.

Determina-se, então, a movimentação econômica pelo somatório dos gastos turísticos dessas seis categorias de hospedagem, como apresentada na Tabela 9.

$$\text{Movimentação econômica} = \sum_{i=1}^6 \text{Gastos turísticos da categoria de hospedagem}_i$$

$i = 1, 2, \dots, 6$

Tabela 9. Movimentação econômica gerada pelo turismo na cidade do Rio de Janeiro - 2002 e 2003

Movimentação econômica		
Ano	2002	\$1.709.042.669
	2003	\$1.759.399.744

Ressalte-se que a despesa total de turistas estrangeiros na cidade do Rio de Janeiro, em 2002 e 2003, representou, respectivamente, 4,17% e 5,90% do total das despesas realizadas na região metropolitana do estado de acordo com dados retirados da Pesquisa de orçamento familiar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística POF/IBGE. Tal resultado demonstra a importância do turismo para a dinâmica econômica da cidade do Rio de Janeiro.

5. Conclusão

A importância do turismo numa economia depende basicamente de condições naturais e econômicas, como existência de atrativo turístico, infra-estrutura urbana, equipamentos turísticos e acessibilidade ao mercado consumidor.

O modelo proposto apresenta uma nova forma de calcular o impacto econômico direto do turismo internacional na economia de uma cidade, por meio de dados secundários e análises consistentes. Outro fator a ser destacado é o fato desse modelo possibilitar o cotejo dos valores a serem investidos para o aumento do número de turistas e o possível impacto na economia causado por esse incremento, possibilitando a justificativa de políticas públicas para a expansão do turismo como atividade econômica.

Dessa forma, baseando-se nos resultados deste estudo, algumas recomendações são sugeridas para o desenvolvimento do turismo no município do Rio de Janeiro, como:

- Criação de novos produtos turísticos que possam ampliar a permanência dos turistas na cidade;
- Utilização do modelo proposto neste trabalho para a realização de eventos, justificando-se ou não a inversão pública, para atraí-los;
- Definição do turismo internacional (gerador de divisas) como prioridade nacional, o que impõe um tratamento isonômico ao setor exportador de bens;

- E, finalmente, o desenvolvimento integrado de todo o turismo no estado do Rio de Janeiro, criando-se, dessa forma, um destino turístico único capaz de competir com grandes destinos nacionais e internacionais.

Pode-se concluir que o setor de turismo se apresenta como uma alternativa para o desenvolvimento presente e futuro do município do Rio de Janeiro. No entanto, conforme abordado no trabalho, esse desenvolvimento não é simples, pois são necessários trabalhos de planejamento que visem à maximização dos impactos positivos que o turismo pode gerar e a minimização dos negativos. É importante ressaltar que o modelo econômico aqui proposto pode proporcionar aos gestores públicos uma visão econômica da atividade turística, possibilitando a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento dessa atividade.

6. Referências bibliográficas

BARBOSA, L. G. M. e ZAMOT F. S. Políticas públicas para o desenvolvimento do turismo: o caso do município de Rio das Ostras. In: Barbosa, Luiz Gustavo Medeiros e ZOUAIN, Deborah Moraes. (org.) Gestão em turismo e hotelaria: experiências públicas e privadas. São Paulo: Aleph, 2004.

_____ e ZOUAIN, D. Os impactos econômicos do turismo e sua implicação nas políticas públicas. Anais do VII Congresso Internacional do CLAD. Reforma do estado e da administração pública. Portugal, out. 2002.

BOARD, J.; SINCLAIR, M. T. e SUTCLIFFE, C. M. S. A portfolio approach to regional tourism. *Built Environment*, n.º 13, v. 2, 1987, p 124-37.

BULL, A. *The economics of travel and tourism*. 2. ed. Melbourne, Australia: Longman, 1995.

CLARKE, H. Australian tourism industry: a new view. *Tourism Economics*, n.º 3, v. 4, 1997, p. 361-77.

COOPER, C *et al.* *Tourism principles and practice*. Melbourne, Australia: Longman, 1993.

_____. *Turismo princípios e práticas*. São Paulo: Bookman, 2001.

CORDEIRO, R C. *Da riqueza das nações à ciência das riquezas*. São Paulo: Loyola, 1995.

CUNHA, L. *Economia e política do turismo*. Lisboa: McGraw-Hill, 1997.

EMBRATUR. *Pesquisa sobre o turismo emissor e receptor 1998*. Brasília, DF, 1999.

_____. *Anuário estatístico 2001*. Brasília, DF, 2002.

_____. *Anuário estatístico 2002*. Brasília, DF, 2003.

_____. *Anuário estatístico 2003*. Brasília, DF, 2004.

FIPE/USP. *Estudo de caracterização e dimensionamento do mercado doméstico de turismo no Brasil*. São Paulo, 1998.

FLETCHER, J. E. e ARCHER, B.H. The development and application of multiplier analysis. In: COOPER, C. P. Progress in tourism, recreation and hospitality management. London: Belhaven, 1991. v. 1.

FORSYTH, P.; DWYER, L. e CLARKE, H. Problems in use of economic instruments to reduce adverse environmental impacts of tourism. Tourism Economics, n.º 3, 1995, p. 265-82.

GIL, A C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1987/1988.

HERMAN, D. The economic growth debate: what some economics have learned and some have not. Journal of Interdisciplinary Economics, v. 2, 1987, p. 83-9.

INSKEEP, E. National and regional tourism planning. Methodologies and case studies. London: Routledge, 1994.

LIM, C. An econometric classification and review of international tourism demand models. Tourism Economics, n.º 3, v. 1, 1997, p. 69-81.

LINDBERG, K. The economic impact of ecotourism. Charles Stuart University, 1996. Mimeo.

MCINTYRE, G. Sustainable tourism development: guide for local planners. Madrid: World Tourism Organisation, 1993.

MOWFORTH, M. Tourism and sustainability: new tourism in the Third World. London: Routledge, 1998.

OLIVEIRA, J A P de. Implementing environmental policies in developing countries: responding to the environmental impacts of tourism development by creating environmentally protected areas in Bahia, Brazil. 2000. Tese (Doutorado). Massachusetts Institute, Department of Urban Studies and Planning, Massachusetts, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO 2004: banco de dados. Disponível em: <<http://www.world-tourism.org>>. Acesso em: jan. 2005.

PEARCE, D. Planning for tourism. In: LESLEY, France. The Earthscan reader in sustainable tourism, 1985, p. 215-21.

SHERMAN, P B. e DIXON, J. The economics of nature tourism. In: LESLEY, France. The Earthscan reader in sustainable tourism, 1997, p. 196-204.

SINCLAIR, M. T. The economics of tourism: progress in tourism recreation and hospitality management. London: Belhaven Press, 1995, p. 1-27. v. 3.

_____ e STABLER, M. The economics of tourism. London: Routledge, 1997.

STEELE, P. Ecotourism: an economic analysis. Journal of Sustainable Tourism, n.º 1, v. 2, 1997.

STYNES, D. J. The economic impacts of tourism. Michigan State University, 1999. Mimeo.

_____ e PROPST, D. B. MI-REC Manual Version 3.0. Michigan State University, Department of Park, Recreation and Tourism Resources, East Lansing, MI, 1996.

TISDELL, C. Investment in ecotourism: assessing its economics. *Tourism Economics I*, n.º 4, , 1995, p. 375-87.

TRIBE, J. *The economics of leisure and tourism*. London: Oxford: Butterworth-Heinemann, 1999.

VEAL, A J. *Research methods for leisure and tourism*. Melbourne, Austrália: Longman, 1997.

WALL, G. e CUKIER, J. Informal tourism employment: vendors in Bali, Indonesia. *Tourism Management*, n.º 15, v. 6, 1994, p. 464-76.

WANHILL, S. Tourism development and sustainability. In: COOPER, C.P. *Tourism development : environment and community issues*. London: Wiley, 1997.

WARNELL, G. Feasibility analysis in tourism. Extension bulletin E-1992. Michigan State University, East Lansing, MI, 1968. Mimeo.

WITT, S F. e WITT, C A. *Modeling and forecasting demand in tourism*. London: Academic Press, 1982.